



ENSINO DE TEORIA POLÍTICA NO ENSINO MÉDIO: ENTRE A SOCIOLOGIA E A HISTÓRIA

Eduardo João Moro¹

Resumo

O objetivo deste artigo é relatar a experiência interdisciplinar envolvendo as disciplinas de Sociologia e História tendo como eixo integrador elementos da Teoria Política. O projeto vem sendo desenvolvido no Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia, localizado no oeste de Santa Catarina, reconhecido por receber filhos de agricultores que residem na escola em sistema de internato e desenvolvem suas habilidades nas unidades educativas de produção. No ano de 2017, o diálogo entre as disciplinas se deu por meio dos modelos de Estado modernos (Absolutismo, Liberalismo, Socialismo, Totalitarismo, Estado de Bem-Estar Social e Neoliberalismo), permitindo organizar o conteúdo de maneira lógica, cronológica e abarcando parte significativa das ementas e dos temas comumente exigidos em vestibulares. Em 2018, o processo foi concluído mediante inserção das Constituições brasileiras como outro eixo integrador, capazes de organizar cronologicamente o período histórico entre Brasil Império até os dias atuais e aprofundar aspectos relevantes da Ciência Política presentes em cada uma delas. Paralelamente, a avaliação do processo de ensino-aprendizagem também passou a ser realizado de forma interdisciplinar, resultando em seminários, debates e eleições simuladas que vêm motivando os estudantes e ganhando visibilidade na instituição. Até o momento, as ações já envolveram cerca de 300 alunos de maneira direta e quase mil em atividades pontuais.

Palavras-chave: Formação Política. Interdisciplinaridade. Educação.

TEACHING OF POLITICAL THEORY IN HIGH SCHOOL: BETWEEN SOCIOLOGY AND HISTORY

Abstract

The objective of this article is to report the interdisciplinary experience involving Sociology and History, with the support of Political Theory. The project has been developed at the Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia, located in the west of Santa Catarina, which receives children of small agriculturalist who live in school and develop their skills in educational production units. In 2017, the integration between the disciplines occurred through Modern States

¹ Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente no Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia. E-mail: eduardo.moro@ifc.edu.br

(Absolutism, Liberalism, Socialism, Totalitarianism, Welfare State and Neoliberalism), organizing themes in a logical and chronological way, containing subjects required in the exams to enter the universities. In 2018, the process was completed with the insertion of the Brazilian Constitutions, organizing the historical period between Brazil Empire until the present day and deepening relevant themes of Political Science. At the same time, the tests was also interdisciplinary, with seminars, debates and elections, which motivated the students and gave visibility to the experience in the school. So far, the project has involved about 300 students directly and almost 1.000 in other actions.

Keywords: Political formation. Interdisciplinarity. Education.

INTRODUÇÃO

Minha trajetória como professor teve início em 2010, quando ingressei no Instituto Federal Catarinense (IFC – Campus Concórdia). A instituição, que atualmente possui cerca de 1,3 mil estudantes, localiza-se na região oeste de Santa Catarina, conhecida pela produção de suínos e aves realizada especialmente em pequenos estabelecimentos rurais de posse de agricultores familiares. A presença do sistema de internato torna o IFC o destino de muitos filhos de agricultores da região, que residem na escola e desenvolvem suas habilidades nas unidades educativas de produção.

Além disso, percebi outra característica comum entre a maioria dos alunos: o desinteresse em debater assuntos ligados à Política, normalmente sob a alegação de não haver razão para tal, por se tratar apenas de corrupção. Desde então, concentrei esforços para enfrentar a situação-problema. Inicialmente busquei institucionalizar o ensino da Sociologia Política e da Ciência Política por meio da alteração dos objetivos e da ementa da disciplina de Sociologia nos terceiros anos do Ensino Médio. Posteriormente busquei atrair a atenção dos alunos para a temática por intermédio de festivais de filmes de curta metragem (2011 e 2013), simulação de eleições municipais (2012), pesquisas para analisar o posicionamento político dos discentes (2015 e 2016) etc.

No entanto, no começo de 2017, teve início novo um momento dessa trajetória quando o professor de História do campus uniu forças no intento de promover o aprendizado e a formação política por intermédio de ações interdisciplinares de ensino, pesquisa e extensão. Esse esforço conjunto resultou no projeto de extensão intitulado “Curso de Formação Política para Jovens de escolas do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC)”, relatado nos Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (2017, vol. 1, nº. 2, p. 110-123) e nos projetos de ensino “IFinvest” e “Ler Política”.

O projeto de extensão está no segundo ano e alcançou cerca de 500 alunos de Ensino Médio e 300 jovens e adultos por meio de palestras ministradas em municípios da região. Já os projetos de ensino são ofertados de forma facultativa e em horários extraclasse. O primeiro vem debatendo conceitos básicos de Economia e auxiliando os alunos a relacionarem as notícias econômicas e políticas com as oscilações do mercado; enquanto o segundo incentiva a leitura de livros e textos ligados à Ciência Política, promovendo encontros para debater conteúdos e estabelecer conexões destes com a atualidade.

Contudo, o foco desse artigo é o relato da atividade que considero o carro-chefe da fase iniciada a partir de 2017: a experiência interdisciplinar envolvendo as disciplinas de Sociologia e História por meio de conceitos e autores da Teoria Política. No primeiro ano, os modelos de Estado modernos (Absolutismo, Liberalismo, Socialismo, Totalitarismo, Estado de Bem-Estar Social e Neoliberalismo) serviram de fio condutor, permitindo organizar os conteúdos de maneira lógica, cronológica e abarcando parte significativa das ementas e dos temas comumente exigidos em vestibulares. Paralelamente, a avaliação do processo de ensino-aprendizagem também passou a ser realizado de forma interdisciplinar, resultando em seminários e debates que ganharam visibilidade na instituição.

Em 2018, na perspectiva de completar o processo, as Constituições brasileiras foram inseridas como outro fio condutor, possibilitando organizar cronologicamente o período histórico entre o Brasil Império até os dias atuais e aprofundar aspectos relevantes da Ciência Política presentes em cada uma das Constituições. Da mesma forma, a avaliação do processo de ensino-aprendizagem ganhou uma nova ferramenta: as eleições simuladas.

Atualmente, a experiência aqui descrita envolve seis turmas de terceiro ano dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e, ao longo dos dois últimos anos, soma 300 alunos diretamente envolvidos nas atividades (aulas e avaliações do processo de ensino-aprendizagem) e quase mil em ações pontuais (apoio na organização, presença e elaboração de perguntas nos debates e atuação enquanto eleitores nas eleições simuladas).

1. LOCAL DA EXPERIÊNCIA

Ao ingressar no IFC – Campus Concórdia percebi não se tratar de uma escola igual às demais que conhecia. A começar pela sua extensão: 253 hectares, caracterizando-a como uma

“escola/fazenda”. Inicialmente denominado Ginásio Agrícola, surgiu em 1965, período em que a atividade agrícola brasileira se transformava com a mecanização e a introdução de novos insumos. Especificamente na região oeste de Santa Catarina, a estreita relação entre as agroindústrias e a agricultura familiar exigia a formação de profissionais capazes de implementar novas tecnologias, e, com esse objetivo, formou a primeira turma de “mestres agrícolas”², em 1968. Em 1972, elevou-se à categoria de Colégio Agrícola e transformou-se em Escola Agrotécnica Federal de Concórdia (EAFC) em 1979 (BRASIL, 2016).

Outra característica que me chamou a atenção foi a existência de meninas e, sobretudo, meninos residindo na escola. Historicamente, o sistema de internato permitiu aos agricultores manterem seus filhos na escola apesar de morarem longe. A região conta com 118 municípios, 109 essencialmente rurais, e metade com população inferior a cinco mil habitantes. Vale ressaltar que a escola manteve ao longo de sua trajetória a prática de sala de aula aliada às unidades educativas de produção, que ocupam parte importante da carga horária semanal e tornam os cursos de Ensino Médio diurnos (das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min).

Por fim, a última característica que me surpreendeu foi a convivência entre jovens de diversas idades e graus de formação em um mesmo espaço. A explicação para isto reside no próprio texto da lei que criou os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e transformou a EAFC em campus do Instituto Federal Catarinense (Lei Federal nº 11.892, de dezembro de 2008), que autoriza a oferta de educação profissional e tecnológica em todos os níveis. Com isso, a instituição, que já abrigava os cursos técnicos em Agropecuária e em Alimentos, e o curso de Tecnólogo de Alimentos, criou os cursos de Medicina Veterinária (2010), Engenharia de Alimentos (2010), Licenciatura em Matemática (2010), Licenciatura em Física (2011), Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio (2015) e Agronomia (2015).

Atualmente, o IFC – Campus Concórdia conta com cerca de 1,3 mil estudantes e localiza-se a 9,5 km do centro de Concórdia, cidade com população estimada em 74,1 mil habitantes, distribuídos em uma área de 799,4 quilômetros quadrados, berço da empresa Sadia, hoje

² A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961 apresentava uma divisão de Ensino Médio em dois ciclos: ginásial (propedêutico) e colegial (técnico). O primeiro, de formação geral, levaria ao ensino universitário, enquanto o segundo, com base na especialização técnico-profissionalizante, levaria ao mercado de trabalho. As escolas agrícolas, com formação técnica, poderiam ofertar a “Iniciação agrícola”, com dois anos de duração, cujo objetivo era formar um “operário agrícola qualificado”, e “Mestria agrícola”, exigindo mais dois anos de formação, tornando o discente um “mestre agrícola”, com capacidade de orientar e ensinar técnicas (MOREIRA; LIMA, 2008).

pertencente ao grupo BRF (BRASIL, 2018). Além dela, uma série de agroindústrias movimenta a economia dos pequenos municípios da região, sobretudo com a produção de suínos e aves.

2. DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

O ano letivo de 2017 teve início com a perspectiva de mudanças, afinal, a contribuição de outro professor para pensar e executar as atividades ampliava o leque de possibilidades. Minhas experiências anteriores eram com ações interdisciplinares de caráter pontual, de curta duração, ao passo que naquele momento a intenção era planejar atividades para abarcar, pelo menos, três meses.

Nas reuniões de planejamento e preparação decidimos que o eixo integrador das disciplinas seria os modelos de Estado modernos (Absolutismo, Liberalismo, Estado de Bem-Estar Social, Totalitarismo, Socialismo, Neoliberalismo), cabendo à História apresentar os fatos históricos e à Sociologia as teorias dos autores dedicados a cada um dos modelos. Tratava-se de uma experiência em fase de teste, levando-se em conta que a ação abrangeria, no máximo, metade do ano letivo e que o ineditismo não ofereceria nenhuma garantia de bons resultados. O quadro abaixo resume a organização dos conteúdos resultantes das reuniões de planejamento:

Quadro 1- Integração mediante os modelos de Estados modernos (2017)

- **Absolutismo:** a História trata da transição entre o Feudalismo e as Monarquias absolutas, da formação do Estado Moderno e das Revoluções Burguesas (Revolução Inglesa, Revolução Francesa e Independência dos Estados Unidos), enquanto a Sociologia aprofunda as ideias de Thomas Hobbes, Nicolau Maquiavel, Jean Bodin e Jacques Bossuet.
- **Liberalismo:** História e Sociologia dividem o estudo do “Liberalismo Político”, do “Liberalismo Econômico”, dos Direitos Cívicos e dos Direitos Políticos, enquanto a História foca na Crise de 1929 e a Sociologia em autores como John Locke e Adam Smith.
- **Estado de Bem-Estar Social:** História e Sociologia dividem o estudo dos Direitos Sociais, enquanto a História foca no *New Deal*, nas ações de Franklin Roosevelt e nas Crises do Petróleo, e a Sociologia na teoria de John Maynard Keynes e no avanço da Social-Democracia nos países da Europa Ocidental.
- **Socialismo:** a História dedica-se ao estudo da Revolução Russa, do Stalinismo, da Guerra Fria e do fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), enquanto a Sociologia aprofunda as ideias de Karl Marx, Friedrich Engels e Vladimir Lenin.
- **Totalitarismo:** a História aborda a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha Nazista e a Itália Fascista, a Independência da África e Ásia no Pós-Guerra, enquanto a Sociologia a faz em relação aos avanços e aos retrocessos das Democracias nos períodos Entreguerras e Pós-Guerra.
- **Neoliberalismo:** História e Sociologia dividem o debate acerca do avanço das ideias liberais na América Latina, enquanto a História foca nas crises econômicas do século XXI e a Sociologia nos pensamentos de Friedrich Von Hayek.

Fonte: Elaboração própria.

Recordo-me que já na primeira semana de execução da proposta tive duas surpresas. A positiva: ao apresentar o teórico inglês Thomas Hobbes e o contexto no qual escreveu sua obra “Leviatã”, alguns alunos estabeleceram relações imediatas com o Absolutismo inglês, estudado naquela mesma semana nas aulas de História. A negativa: alguns alunos não conseguiam articular parte dos conteúdos devido à utilização de diferentes terminologias entre os professores.

Isso ficou mais evidente quando discuti o Liberalismo. A maioria dos discentes tinha dificuldade em perceber que os “Direitos Individuais”, aos quais me referia, eram os mesmos “Direitos do Cidadão”, aos quais fazia menção o professor de História. Ou seja, era necessário criar um léxico comum para facilitar a apreensão dos conteúdos. Passamos a realizar reuniões periódicas para isso. Admito que as primeiras foram desconfortáveis, pois, na prática, era necessário ministrar aulas para o outro professor em busca de terminologias que não confundissem os alunos. Passado algum tempo, tais reuniões viraram rotina. Qualquer encontro casual, nos intervalos do almoço ou entre aulas, transformava-se em uma conversa espontânea acerca dos temas trabalhados naquele dia ou naquela semana.

Outro episódio que merece destaque se deu quando o modelo de Estado neoliberal estava sendo estudado. Numa conversar informal, o professor de História comentou quealaria sobre o funcionamento do mercado financeiro. Fiquei curioso e solicitei mais detalhes. Segundo ele, para enriquecer o debate sobre o Neoliberalismo, abordaria temas como: variação da taxa Selic, emissão de títulos da dívida pública, variação da inflação etc. Fiquei empolgado, pois sempre negligenciei a teoria econômica da minha formação e agora poderia aprender sobre o assunto. Decidi assistir a aula.

Cheguei antes que ele, entrei na sala, escolhi uma cadeira para sentar e esperei o professor. Ele, logo na chegada, percebeu minha presença, mas acertadamente optou por seguir como se nada houvesse de diferente. Assisti à aula, fiz anotações e perguntas. Aos poucos fui percebendo o efeito que aquilo causava. Os alunos ficaram inicialmente surpresos, depois empolgados e finalmente alegres em perceber que o professor, assim como eles, não dominava o assunto e estava disposto a aprender. Expressei minhas impressões ao professor e, a partir daquele dia, sempre que possível, assistimos as aulas um do outro ou partilhamos a explicação de algum conteúdo.

Mais à frente, na reunião de avaliação parcial, percebemos que os objetivos vinham sendo alcançados, porém alguns alunos apresentavam dificuldades no momento de estudo fora da sala de

aula, sobretudo em correlacionar os conteúdos dos livros didáticos de Sociologia e História. Considerando a quantidade de disciplinas do terceiro ano do Ensino Médio (21 no curso técnico em Agropecuária, 22 no curso de Alimentos e 18 na Informática) e o consequente número de avaliações, optamos por auxiliá-los através de “textos-base”. Os textos foram organizados por ambos os professores, agrupando informações retiradas dos livros didáticos, de obras clássicas e de sites especializados. Dessa forma, os alunos puderam otimizar e organizar os estudos, inclusive desobrigando-os de levarem os livros didáticos em todas as aulas.

No final do ano letivo de 2017, uma análise mais aprofundada concluiu que os objetivos haviam sido alcançados e parte considerável dos conteúdos foi discutida mediante estratégias interdisciplinares. No entanto, no restante do tempo (especialmente no terceiro trimestre), percebemos uma considerável perda de interesse pelos conteúdos repassados de maneira “tradicional”, evidenciada pela queda de rendimento e pelos próprios comentários dos alunos. Com base nisso, decidimos iniciar um novo projeto em 2018, objetivando integrar as ementas em sua totalidade.

Nesse caso, o fio condutor escolhido foi as Constituições brasileiras, capazes de organizar cronologicamente o período histórico entre o Brasil Império até os dias atuais (exigência do ementário da História) e aprofundar aspectos relevantes da Ciência Política presentes em cada uma delas (indo ao encontro das exigências da ementa da Sociologia). Essas reuniões aconteceram ainda em 2017 e resultaram na seguinte organização dos conteúdos:

Quadro 2 - Integração mediante as Constituições brasileiras (2018)

- **Constituição de 1824:** compete à História discutir o “Brasil Império”, sobretudo as disputas entre os partidos Liberais e Conservadores, o surgimento do Movimento Republicano e a queda da Monarquia; enquanto a Sociologia debate as formas de governo, os sistemas de governo, a estrutura de poder e a distribuição de poder.
- **Constituição de 1889:** compete à História discutir a Primeira República ou República Velha, incluindo República Oligárquica, Política “Café Com Leite”, Política dos Governadores, Movimento Tenentista, Revolução de 1930 e a crise de hegemonia política; enquanto a Sociologia discute a organização Política do Brasil, os três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) e os níveis de poder (Federal, Estadual, Distrital e Municipal).
- **Constituição de 1934 e Constituição de 1937:** a História apresenta a Era Vargas, abrangendo o Nacionalismo Econômico, o Código Eleitoral de 1932, o Movimento Constitucionalista, a disputa entre ANL e AIB e o Estado Novo; enquanto a Sociologia discute o sistema eleitoral brasileiro (Sistema Majoritário e Sistema Proporcional) e os principais sistemas eleitorais no mundo.
- **Constituição de 1946:** a História debate a República Populista ou Democrática (1946-1964), incluindo o papel dos partidos políticos, o Nacional Desenvolvimentismo, o Populismo ou a Democracia de Massa e o

Golpe Militar; enquanto a Sociologia aborda a definição, a história e a função dos partidos políticos e os sistemas partidários.

- **Constituição de 1967:** a História foca na Ditadura Militar, nos Atos Institucionais, no Bipartidarismo, no “Milagre Econômico”, nos “Anos de Chumbo”, na “distensão lenta, segura e gradual” e nas Eleições Diretas; enquanto a Sociologia promove debates em torno da história e dos tipos de democracia (Direta, Representativa e Participativa).
- **Constituição de 1988:** a História debate a Redemocratização, o Presidencialismo de Coalização e os governos de FHC, Lula, Dilma e Temer; enquanto a Sociologia finaliza com um apanhado acerca das Ideologias Políticas no contexto atual.

Fonte: Elaboração própria.

No momento, o diálogo entre as disciplinas no segundo semestre encontra-se em andamento. Apesar de não ser possível realizar avaliações mais detalhadas, é perceptível um maior envolvimento dos alunos em comparação ao ano anterior, levando a crer que a interdisciplinaridade vem trazendo resultados também quando as temáticas recaem na História do Brasil e na Política brasileira. Vale ressaltar também que o momento de efervescência política e a proximidade das eleições de outubro têm tornado as aulas mais vibrantes e dinâmicas. Da mesma forma, o fato dos alunos saberem que participarão de um processo de eleições simuladas aumenta o interesse, sobretudo após a divulgação dos cargos que disputarão. Ou seja, alunos candidatos ao Senado tendem a manter maior atenção quando o assunto é o Legislativo Federal ou as atribuições do Congresso Nacional, da mesma os candidatos à Presidência em relação ao Poder Executivo ou as atribuições do Presidente da República. Percebe-se, portanto, que os bons resultados estão intimamente relacionados aos processos de avaliação de ensino-aprendizagem, tema do próximo item.

3. PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Desde o primeiro dia letivo em que a proposta de integração entre as disciplinas foi apresentada, uma pergunta tornou-se recorrente entre os alunos: como seriam as avaliações? Segundo a Organização Didática do IFC, o processo de ensino-aprendizagem deve ocorrer através de, no mínimo, duas avaliações por trimestre, considerando o desempenho do estudante de forma contínua e cumulativa, mediante atribuição de notas expressas em grau numérico entre zero a 10.

Nossa opção foi de que a avaliações do primeiro semestre fosse realizada por meio de seminários, com o objetivo de promover a organização cronológica dos modelos de Estado modernos, incluindo os fatos históricos que levaram a ascensão e a queda de cada um deles, bem

como suas principais características e os principais defensores e críticos. As turmas foram divididas em grupos e as apresentações realizadas na presença de ambos os professores. Em um primeiro momento isso não me pareceu significativo, porém, na prática, revelou-se uma escolha acertada. Dado o alto grau de subjetividade da avaliação nas Ciências Humanas, a possibilidade de trocar opiniões durante e/ou logo após as apresentações minimizou significativamente as dúvidas e o grau de imprecisão na atribuição das notas.

No segundo trimestre o objetivo foi outro. Obtido um conhecimento básico acerca dos modelos de Estado modernos, os alunos deveriam aprimorar o pensamento relacional e a base argumentativa em um cenário de debate. Foram organizados dois sorteios. No primeiro, cada grupo recebeu a incumbência de defender um modelo de Estado e, no segundo, foram decididos quais seriam os confrontos.

Nas semanas seguintes, o professor de História e eu passamos a receber uma quantidade enorme de alunos em nossas salas. Especialmente entre 11h30min e 13h30min, os grupos nos procuravam para tirar dúvidas e aprofundar seus estudos nos pontos fortes e nas fragilidades de seu modelo e de seu opositor. Com o intuito de não perturbar os colegas que dividiam as salas conosco, optamos por atendê-los em outro local: uma praça, tomada por árvores e alguns bancos, localizada entre as salas de aula e a cantina. Lá, durante o intervalo do meio dia, os alunos puderam nos encontrar e conversar sobre os assuntos que consideravam pertinentes.

Certo dia, o professor de História fez uma brincadeira a respeito daqueles encontros. Segundo ele, aquilo lembrava uma *Ágora*, espaço público ateniense, *lócus* da democracia grega, onde cidadãos se reuniam para realização de assembleias. Meses depois, aquele comentário foi resgatado no momento de nomear o conjunto de ações que continuaria a ser realizado em 2018. Atualmente, a ação aqui descrita soma-se a outras que estão organizadas sob a alcunha de “*Ágora: programa de formação política*”.

A primeira semana de debates chegou. Primeiramente cada grupo escolheu um indivíduo para apresentar seu modelo de Estado em até cinco minutos. Na sequência, mediante sorteio, cada grupo enviou ao palco um de seus membros. Lá faziam uma pergunta, ouviam a resposta, faziam uma réplica e ouviam a tréplica. Depois, a ordem era invertida e o aluno, outrora perguntado, podia fazer o seu questionamento e a sua réplica. Essa dinâmica foi repetida até todos participarem. Os debates foram realizados no auditório e cada disputa durou em torno de 60 minutos.

No final da primeira semana era perceptível a animação dos envolvidos, tanto que perguntavam se podiam vir caracterizados e/ou assistir os outros debates. Não os proibimos, porém sugerimos que viessem nos horários de folga ou com o aceite dos professores das outras disciplinas. O resultado foi um público crescente, chegando à lotação do auditório com alunos de outras turmas, outras séries, de professores, de técnicos administrativos e até de discentes do ensino superior.

Entre os resultados alcançados, um deles chamou atenção. Como os mesmos modelos de Estado foram distribuídos nas diferentes turmas, ocorreram repetições. Ou seja, grupos de diferentes turmas defendiam o mesmo modelo de Estado. Isso resultou em uma improvável cooperação. Alunos que raramente conversavam, agora se sentavam juntos em busca de argumentos e estratégias comuns para vencerem seus debates. Por alguns dias, a tradicional rixa entre os discentes dos cursos de Agropecuária, Alimentos e Informática perdeu seu protagonismo em meio a atípicos encontros políticos.

Nas reuniões de avaliação ocorridas no final daquele ano, o destacado envolvimento dos alunos e a atmosfera de euforia criada em torno dos debates motivou o planejamento de uma nova ferramenta de avaliação. Considerando que as práticas interdisciplinares envolveriam o ano todo, além dos seminários e dos debates, a proposta de uma eleição simulada foi elaborada para avaliar os alunos no terceiro trimestre, envolvendo as seguintes etapas:

- 1) Criação dos partidos políticos: nome, sigla, logotipo, opção por uma Ideologia Política e enquadramento no espectro político.
- 2) Escolha dos candidatos: uma vaga no Executivo (Presidência da República) e quatro vagas para o Legislativo (com um Senador e três Deputados Federais).
- 3) Elaboração de propagandas virtuais: veiculadas durante um período de tempo delimitado no “calendário eleitoral”.
- 4) Debate: realização de um debate entre todos os candidatos.
- 5) Eleição: com voto obrigatório para os discentes do terceiro ano do Ensino Médio e facultativo para os alunos dos primeiros e segundos anos.
- 6) Relatório das Eleições: elaboração e entrega de um relatório, semelhante àqueles disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em que há o detalhamento dos resultados, incluindo os cálculos do quociente eleitoral e do quociente partidário no caso das eleições proporcionais.

Atualmente, a atividade encontra-se na segunda etapa e começa a apresentar resultados positivos. O regramento das eleições simuladas³ tem facilitado a compreensão do funcionamento das eleições gerais, visto que cada turma assemelha-se a uma Unidade da Federação e segue regras em relação à distribuição de cadeiras e à obrigatoriedade do voto em candidatos que representam o estado do eleitor. Além disso, percebe-se que a atividade tem incentivado os discentes a se colocarem no papel de eleitores e candidatos, trazendo novas perspectivas de análise, e contribuindo para a construção de debates mais ricos em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Proponho iniciar as considerações finais do artigo com uma avaliação geral da experiência interdisciplinar de integração entre as disciplinas de Sociologia e História mediante elementos da Teoria Política. Apesar de dispendir considerável esforço e tempo, os resultados obtidos foram muito positivos, especialmente considerando o envolvimento, a motivação e o desempenho dos alunos, bem como a crescente importância que as atividades desenvolvidas passaram a ter no calendário escolar.

Não raro, professores de História e, principalmente, Sociologia relatam que suas disciplinas não recebem a mesma dedicação que outras. Ou seja, muitos alunos não percebem a importância dos conteúdos e, por isso, não estudam e nem mesmo frequentam as aulas com assiduidade. As atividades propostas têm auxiliado na transformação desse cenário, possivelmente por possibilitar o estreitamento da relação entre a teoria e a prática, e por dar protagonismo ao aluno ao transportá-lo para a figura de um debatedor, de um político ou de um eleitor. Interessante perceber que muitos discentes se envolvem nas atividades antes mesmo de chegarem ao terceiro ano, pois convivem com os formandos, acompanham as suas experiências e acabam envolvidos pelas discussões.

Para corroborar o que vem sendo dito, opto por resgatar algumas avaliações espontâneas realizadas pelos alunos. A primeira nos registros realizados pela assessoria pedagógica nas atas de

³ Cada turma do terceiro ano é comparada a uma Unidade da Federação, possuindo duas cadeiras para o Senado e número variado de Deputados Federais, de acordo com a quantidade de alunos. Os alunos das turmas “A” (1ª A, 2ª A e 3ª A) só poderão votar nos candidatos da turma 3ª A, seguindo o mesmo critério para as turmas B, C, D, E e F; reforçando a ideia de que eleitores não podem votar em candidatos de fora de seu estado para cargos do Legislativo Federal. A exceção fica por conta dos candidatos à Presidência, que recebem votos independentemente da turma de origem, sendo eleito um único nome dentre todos os candidatos; assemelhando-se às regras do Executivo Federal.

“pré-conselho”. O “pré-conselho” ocorre trimestralmente em todas as turmas do Ensino Médio. Poucos dias antes da realização do conselho de classe, o grupo da assessoria pedagógica visita as turmas com objetivo de avaliar o desenvolvimento das aulas e outros aspectos que envolvem a vida escolar. Cabe a ele elaborar uma ata com as críticas, as sugestões e os elogios dos alunos para ser lida no momento da reunião de conselho de classe. Comumente, reclamações pontuais em relação a um determinado professor são apresentadas em reuniões reservadas, porém sugestões e elogios são exteriorizados na presença de todos. Esse foi o caso, já que a experiência foi reconhecida pelos discentes por facilitar a aprendizagem e promover o envolvimento nas atividades.

Outra avaliação espontânea ocorreu no dia 17 de outubro de 2017, quando a comunidade escolar esteve reunida em uma audiência pública acerca da construção das diretrizes institucionais para os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. A audiência, promovida pela equipe gestora da Reitoria, contou com a presença de professores, técnicos administrativos e discentes, e teve duração de cerca de 120 minutos. Na ocasião, o projeto foi mencionado pelos alunos como uma prática exemplar que poderia ser seguida por outros professores.

Apesar disso, acredito que a contribuição mais relevante dessa experiência interdisciplinar é reforçar que o desinteresse dos jovens pela Política não é um fato irreversível e que pode ser transformado na sala de aula. Indubitavelmente, a construção de uma sociedade politicamente informada, crítica e tolerante envolve o esforço de diversos setores da sociedade, porém a escola tem papel fundamental nesse processo ao aproximar os jovens de profissionais capazes de oferecer pressupostos teóricos diversificados e embasados para promover o exercício da cidadania e, mais especificamente, da participação política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. IBGE. *Cidades: Concórdia*. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/concordia/panorama>>. Acesso em: 21 set. 2018.

_____. Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia. *Institucional: Histórico*. 2016. Disponível em: <<http://concordia.ifc.edu.br/institucional/historico/>>. Acesso em: 21 set. 2018.

MOREIRA, Roberto José; LIMA, Eli Napoleão de. Identidade social e natureza: tensões entre saberes na assessoria técnica em assentamentos rurais. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo. *Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 307-323.

Recebido em: 23/09/2018

Aceito em: 23/05/2019

COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO

MORO, Eduardo João. Ensino de Teoria Política No Ensino Médio: entre a Sociologia e a História. *Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS*, v.3, n. 1, p.13-25, 2019.